

OFÍCIO Nº 160/2020/PGE

João Pessoa, 10 de dezembro de 2020.

À Sua Excelência o Senhor

ADRIO NOBRE LEITE

Promotor de Justiça

37º Promotor de Justiça- Defesa do Patrimônio Público

Referência: Investigação nº 001.2020.008750

Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça,

Aportou nesta PGE o Ofício n.º 682/2020 que V.Exa. encaminhou a Secretaria de Estado da Saúde requisitando informações relacionadas a aquisição pelo Consórcio do Nordeste de 75 ventiladores pulmonares da empresa PULSAR DEVELOPMENTS INTERNACIONAL LTDA., cuja devolução dos valores teria sido a menor.

Inicialmente, efetivamente a devolução dos recursos ao Consórcio Nordeste foi a menor, em virtude da variação cambial, conforme estipulação expressa do contrato internacional assinado.

Ainda assim, o Governador do Estado da Paraíba solicitou ao Presidente do Consórcio Nordeste a devolução dos recursos devolvidos a menor pela empresa PULSAR DEVELOPMENTS INTERNACIONAL LTDA..

Todavia, a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, responsável pelo assessoramento jurídico do Consórcio Nordeste, emitiu o parecer ora anexado, segundo o qual, de forma sintética, concluiu que a variação cambial é risco do negócio quando realizado em moeda estrangeira, inerentes a este tipo de contrato, sendo imperiosa a



observância do preço da moeda estrangeira e da taxa de câmbio do dia efetivo de liquidação da obrigação pecuniária.

Apesar disso, foi contratado pelo Consórcio Nordeste um escritório de advocacia em Londres para analisar a questão e emitir outro parecer sobre a viabilidade de acionar a empresa visando o ressarcimento dos valores decorrentes da variação cambial.

Entretanto, a posição do referido escritório foi no sentido de que eventual demanda em Londres seria mais onerosa ao Consórcio com forte risco de sucumbência da demanda, pois, segundo esse escritório, os valores devolvidos seguiram a determinação contratual.

Após essas informações, o Consórcio Nordeste ainda não deliberou sobre novas medidas sobre a questão.

Permanecendo a disposição para quaisquer solicitações e esclarecimentos.

Atenciosamente,



FÁBIO ANDRADE MEDEIROS
Procurador-Geral do Estado



LÚCIO LANDIM BATISTA DA COSTA

Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO GG 129

João Pessoa, 23 de junho de 2020

A Sua Senhoria o Senhor
Rui Costa dos Santos,
Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste –
Consórcio do Nordeste.
Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia,
Salvador – BA, CEP 40.301-155

Assunto: Solicitação de complementação de reembolso dos valores pagos pelo Estado da Paraíba na cota parte do Contrato de Rateio nº 02 firmado com o Consórcio do Nordeste.

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a crise de saúde provocada pela pandemia do novo coronavírus provocou uma repentina necessidade de aquisições de diversos insumos e equipamentos para equipar os hospitais e unidades de saúde em todos os estados da Federação.

Nesse passo, como a demanda mundial por esses produtos aumentou em demasia, todos os potenciais compradores sofreram com a dificuldade nas tentativas de efetuar aquisições nacionais e internacionais, essa situação fez com os Estados integrantes do Consórcio do Nordeste tentassem uma aquisição de respiradores por meio do contrato de Rateio 02 celebrado entre os seus membros.

Lamentavelmente essa tentativa de aquisição, realizada por meio da Secretaria de Saúde da Bahia, em razão de convênio com o Consórcio do Nordeste, não se mostrou exitosa, em face de descumprimento contratual por parte da contratada, levando à rescisão unilateral da avença firmada e a devolução dos valores pagos pelos Estados por parte do Consórcio, como foi informado através do ofício 06/2020.

Ocorre que o Estado da Paraíba repassou ao Consórcio do Nordeste, por meio do Contrato de Rateio nº. 02, o valor total de R\$7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), mas foi ressarcido em R\$ 6.701.042,82(seis milhões, setecentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), restando, portanto, uma diferença a menor de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos).



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

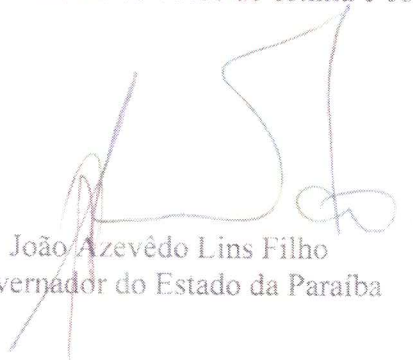
GABINETE DO GOVERNADOR

Entretanto, não se justificando essa devolução de recursos em valores menores do que os que foram repassados pelos Estados para a compra dos respiradores, sirvo-me do presente para solicitar desse Consórcio providências no sentido de que o Estado da Paraíba seja ressarcido integralmente dos recursos transferidos para a referida aquisição, mediante a transferência ao erário estadual da diferença de recursos a menor, no montante de 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos).

Requer, outrossim, que os recursos sejam depositados na Conta Corrente 13.006-0, Agência 1618-7, Banco do Brasil, CNPJ - 07.312.912/0001-48.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



João Azevêdo Lins Filho
Governador do Estado da Paraíba